

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ - UNIDAVI**

LUANA BERKENBROCK

**PERCEPÇÃO DOS IDOSOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, DESINFORMAÇÃO
E RISCOS DE FRAUDE: ANÁLISE NA CIDADE DO IDOSO EM RIO DO SUL - SC**

RIO DO SUL

2025

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ**

LUANA BERKENBROCK

**PERCEPÇÃO DOS IDOSOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, DESINFORMAÇÃO
E RISCOS DE FRAUDE: ANÁLISE NA CIDADE DO IDOSO EM RIO DO SUL - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de Administração, da Área de Gestão Financeira e Comportamental, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, como condição parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Prof. Orientador: M.e Carlos Eduardo Strey

RIO DO SUL

2025

**CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO
ITAJAÍ**

LUANA BERKENBROCK

**PERCEPÇÃO DOS IDOSOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, DESINFORMAÇÃO
E RISCOS DE FRAUDE: ANÁLISE NA CIDADE DO IDOSO EM RIO DO SUL - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso Administração, da Área de Gestão Financeira e Comportamental, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, a ser analisada pela Banca Examinadora, formada por:

Professor Orientador: M.e Carlos Eduardo Strey

Banca Examinadora:

Prof. Jessica Giovana Nolli

Prof. Tatiane Thais Lasta

Rio do Sul, 09 de dezembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Alúísio e Andrea Berkenbrock, pelo amor, apoio e que estiveram presentes nos momentos mais difíceis. Sem eles, nada seria possível. Aos familiares e amigos que estiveram presentes, dando coragem e incentivo.

Agradeço ao professor orientador Carlos Eduardo Strey pelos ensinamentos, paciência, compreensão e humildade durante o desenvolvimento deste trabalho.

A equipe da Cidade do Idoso de Rio do Sul pela receptividade e pelo apoio durante a realização da pesquisa. Acrescento meus agradecimentos a todos os idosos de se puseram a disposição a participarem da pesquisa, contribuindo grandiosamente para o desenvolvendo do estudo com seus relatos e experiências.

Meu muito obrigada!

RESUMO

A educação financeira é um dos pilares essenciais para garantir a autonomia e a segurança econômica na velhice. Diante do aumento de golpes financeiros e a propagação de desinformação que afeta o público aposentado, o presente estudo buscou a percepção dos idosos em relação à desinformação às fraudes financeiras, analisando a realidade dos idosos atendidos pela Cidade do Idoso, em Rio do Sul – SC. Com esse propósito, foi aplicado um questionário estruturado a 100 participantes, selecionados por amostragem não probabilística por conveniência, contemplando 21 questões predominantemente fechadas e 1 aberta, operadas no formato *survey*, que examina o perfil sociodemográfico, conhecimento financeiro, experiência com desinformações e fraudes, fontes de informação e interesse em aprofundar o tema. A escolha do local se fundamenta devido à grande relevância social e pelo atendimento a aproximadamente 380 idosos. Os resultados obtidos durante a pesquisa proporcionaram identificar o nível de conhecimento financeiro dos participantes, tal como a vulnerabilidade a informações enganosas que foram de 82% para conhecimentos básicos e em relação à vulnerabilidade de 15%. Conclui-se que a educação financeira, para a diminuição de desinformação e possíveis fraudes, seria uma alternativa eficaz para apoiar o desenvolvimento do grupo social.

Palavras-chave: Educação Financeira; Idosos; Desinformação; Fraudes; Prevenção.

ABSTRACT

Financial education is one of the essential pillars to ensure autonomy and economic security in old age. Given the increase in financial scams and the spread of misinformation affecting the retired population, the present study sought to understand the perception of the elderly regarding misinformation about financial frauds, analyzing the reality of the elderly served by Cidade do Idoso in Rio do Sul – SC. For this purpose, a structured questionnaire was administered to 100 participants, selected thru non-probabilistic convenience sampling, comprising 21 predominantly closed questions and 1 open-ended question, operated in survey format, which examines the sociodemographic profile, financial knowledge, experience with misinformation and fraud, sources of information, and interest in delving deeper into the topic. The choice of location is based on its significant social relevance and its service to approximately 380 elderly individuals. The results obtained during the research made it possible to identify the level of financial knowledge of the participants, as well as their vulnerability to misleading information, which was 82% for basic knowledge and 15% for vulnerability. It is concluded that financial education, to reduce misinformation and potential fraud, would be an effective alternative to support the development of the social group.

Keywords: Financial Education; Elderly; Misinformation; Fraud; Prevention.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Conexidade das palavras utilizadas pelos idosos na análise de similitude.....	46
Figura 2 - Nuvem de palavras com os termos mais frequentes nos relatos de golpes financeiros sofridos pelos idosos.....	47

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Perfil dos respondentes.....	33
Tabela 2 - Educação Financeira.....	37
Tabela 3 - Desinformação e Fraudes	40
Tabela 4 - Fontes de informações.....	42
Tabela 5 - Opinião e interesse	44

LISTA DE ABREVIATURAS

BCB Banco Central do Brasil

Febraban Federação Brasileira de Bancos

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGPD Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

OECD/INFE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico / Rede

Internacional de Educação Financeira (*Organisation for Economic Co-operation and Development / International Network on Financial Education*)

OMS Organização Mundial da Saúde

ONDH Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

PNADc Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNEF Programa Nacional de Educação Financeira

PNI Política Nacional do Idoso

PNSPI Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

SENACON Secretaria Nacional do Consumidor

SUS Sistema Único de Saúde

WHO *World Health Organization* (Organização Mundial da Saúde)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 TEMA DE ESTUDO	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral.....	13
1.2.2 Objetivos específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	15
2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	16
2.3 DESINFORMAÇÃO E FRAUDES	17
2.3.1 Conceito de desinformação	18
2.4 PRINCIPAIS FRAUDES FINANCEIRA CONTRA IDOSOS	19
2.4.1 Impactos emocionais e sociais.....	20
2.4.2 Idosos e envelhecimento no contexto financeiro	21
2.5 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IDOSOS BRASILEIROS.....	22
2.5.1 Vulnerabilidades Financeiras e Cognitivas	23
2.5.2 Participação digital e riscos associados.....	24
2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DE PROTEÇÃO AO IDOSO	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	27
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA	28
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	28
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA.....	29
3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	31
4 RESULTADOS	32
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	32
4.2 CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	36
4.3 NOÇÕES DE DESINFORMAÇÃO E FRAUDES	39
4.4 CONHECIMENTOS SOBRE FONTES DE INFORMAÇÕES	41
4.5 OPINIÃO E INTERESSE	43
4.6 ANÁLISE DE CONTEÚDO	45

5 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO	57

1 INTRODUÇÃO

Conforme discute Beauvoir (1970), a velhice pode ser compreendida como expressão das fragilidades da organização social moderna. A autora afirma:

“A velhice denuncia o fracasso de toda a nossa civilização. Se queremos que a condição de idoso seja aceitável é necessário refazer completamente a humanidade, recriar todas as relações entre pessoas. Uma pessoa não deve aproximar-se do fim da sua vida de mãos vazias e solitárias.” (Beauvoir, 1970).

Tal citação trata-se de um trecho da obra *A Velhice*, de Simone de Beauvoir. A escritora discute, nela, a forma como a sociedade lida com a velhice como um reflexo de suas falhas. Nesse sentido, os idosos estão, cada dia mais, se tornando vulneráveis com a evolução tecnologia de estamos vivenciando atualmente na sociedade.

O crescimento da população idosa ao ambiente digital, sem as devidas orientações, tem colaborado para o aumento na exposição a golpes, fraudes e desinformação. Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH, 2022), contam mais de 42 mil denúncias de violações contra pessoas de 60 anos de idade ou mais, já foram registradas nos três primeiros meses de 2024, dentre as denúncias de abuso, com 5,72% está a violência patrimonial. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (2022), estão previstos como crime o ato de receber ou desviar bens, dinheiro ou benefícios de idosos. A lei prevê pena de reclusão de um a quatro anos, além de multa para quem cometer esse delito. Com o aumento contínuo dos golpes e fraudes os idosos estão diariamente tornando-se vítimas de vazamento de dados, sendo induzidos a realização de empréstimos consignados, clonagem de cartões, entre outros.

Neste contexto, a educação financeira mostra ser uma estratégia eficaz para proporcionar mais autonomia e segurança aos aposentados. Segundo Silva e Souza (2023), pesquisas recentes trazem que a compreensão financeira entre idosos está diretamente relacionada à maior segurança financeira tendo como redução ao risco de exclusão social, pois indivíduos com maior conhecimento tendem a ter a tomada de decisões mais consciente e realizando as melhores escolhas. De acordo com Lima e Morais (2024), o conhecimento sobre conceitos básicos de finanças é de extrema importância para que os idosos possam planejar uma velhice mais tranquila

e estável. A falta deste conhecimento contribui para a vulnerabilidade, em que a desinformação acaba alimentando a exclusão social e gerando mais riscos à golpes.

A presente pesquisa tem como tema a vulnerabilidade dos aposentados frente à desinformação e às fraudes financeiras, propondo uma análise aprofundada sobre o conhecimento financeiro dos idosos e como pode ser utilizado como ferramenta de proteção. O estudo foi realizado junto à Cidade do Idoso, em Rio do Sul - SC, com o intuito de analisar o nível de conhecimento dos aposentados que frequentam o local, identificando as principais dificuldades enfrentadas e a partir dessas percepções, o estudo busca fornecer subsídios que possam orientar futuras ações educativas voltadas à identificação e prevenção de fraudes.

Por fim, a relevância deste trabalho reside na contribuição para a reflexão sobre educação financeira voltada ao público idoso que frequenta o local. Ao reconhecer a importância da educação financeira como uma ferramenta de prevenção, a presente pesquisa também busca incentivar iniciativas voltadas à autonomia dos aposentados, aumentando sua qualidade de vida. Assim, espera-se que os resultados obtidos possam trazer futuras contribuições educacionais voltadas para a terceira idade.

1.1 TEMA DE ESTUDO

Desde que a internet se popularizou, observa-se um processo de constante transformação, conectando cada vez mais pessoas ao mundo digital. Essa nova conectividade trouxe uma série de facilidades em áreas como comunicação, compras e acesso à informação. No entanto, com todos os avanços tecnológicos, também surgiram riscos significativos, especialmente para grupos mais vulneráveis, como os aposentados, que muitas vezes não estão prontos para enfrentar os desafios do ambiente digital. A internet se tornou quase essencial no cotidiano contemporâneo, com ela, realizam-se compras, pagamentos e interações com instituições financeiras, tudo em poucos cliques. Contudo, o ambiente digital que proporciona comodidades também se apresenta como um ambiente favorável para fraudes, golpes e a propagação de informações falsas, que afetam especialmente a terceira idade. A falta de familiaridade com tecnologias e o conhecimento financeiro limitado tornam esse grupo um alvo frequente de práticas abusivas. Estudos mostram que a utilização de serviços bancários e financeiros online por adultos mais velhos apresenta

barreiras de usabilidade e riscos de fraude devido à baixa literacia digital e desafios de segurança (Lyu, 2025).

Muitos idosos são abordados por telefone, redes sociais ou até pessoalmente, sendo persuadidos a contrair empréstimos, realizar transações por motivos falsos, fornecer dados bancários ou assinar contratos sem compreender o conteúdo das operações. Isso ocorre, em grande parte, pela falta de uma educação financeira sólida, que os possibilite a reconhecer riscos e a tomar decisões informadas. Pesquisas indicam que níveis mais elevados de conhecimento financeiro estão associados a menor suscetibilidade a fraudes, reduzindo significativamente o risco de exploração financeira entre adultos mais velhos (Hancock; Czaja; Beach, 2025). Diante disso, este estudo, realizado junto à Cidade do Idoso em Rio do Sul – SC, busca analisar as percepções da terceira idade sobre desinformação e fraudes financeiras, bem como identificar os principais fatores que contribuem para sua exposição a esses riscos. Os achados da pesquisa visam subsidiar futuras iniciativas voltadas ao fortalecimento da proteção financeira desse público.

Estudar a educação financeira representa uma estratégia valiosa de proteção. Tornando-se necessário realizar análises comparativas entre aposentados que recebem algum tipo de orientação financeira e aqueles sem acesso a esse conhecimento, observando níveis de vulnerabilidade e ocorrências de fraudes. Nesse contexto, a educação financeira funciona como ferramenta de conhecimento, mecanismo de defesa social e econômica. Revisões sobre risco cibernético indicam que déficits em competências digitais e sociais elevam o risco de vitimização por fraudes online em indivíduos idosos (Teixeira, 2025). A compreensão de como os idosos percebem os riscos associados à desinformação e às fraudes é fundamental para a formulação de estratégias preventivas eficazes. Frequentemente, a terceira idade não identifica prontamente situações de risco, facilitando a atuação de fraudadores e a ausência de uma análise crítica diante de ofertas financeiras ou informações recebidas por meios digitais amplia a vulnerabilidade à golpes. Dessa forma, avaliar o nível de conscientização e preparo dos idosos no ambiente digital e em práticas financeiras constitui etapa essencial para o desenvolvimento de ações educativas direcionadas e acessíveis.

A educação financeira deve ser concebida como um processo contínuo e inclusivo, que transcende a mera transmissão de conhecimentos. É imprescindível considerar fatores culturais, sociais e emocionais do público idoso, de modo a tornar o aprendizado mais alinhado à sua realidade cotidiana. A implementação de palestras, oficinas comunitárias e materiais didáticos

adaptados pode incrementar o engajamento e o impacto das iniciativas educativas. Autores destacam que intervenções educacionais direcionadas, inclusive com foco em práticas de segurança digital, podem aumentar a confiança e reduzir vulnerabilidades online entre usuários idosos (Serra; Mota; Nascimento; Lima do Nascimento, 2025). Assim, este estudo visa identificar vulnerabilidades, propor alternativas práticas de capacitação que promovam autonomia e reforcem a proteção contra riscos financeiros.

Aposentados que buscam compreender melhor sua situação financeira e evitar armadilhas do mercado necessitam de orientação sobre direitos, identificação de fraudes e utilização consciente de produtos como crédito consignado, cartões de crédito e investimentos. No entanto, ao buscar esse entendimento, surgem dúvidas: **Qual a percepção dos idosos em relação a desinformação e fraudes nas suas decisões financeiras?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a percepção dos idosos em relação a desinformação e fraudes financeiras na Cidade do Idoso, localizada em Rio do Sul - SC.

1.2.2 Objetivos específicos

- Observar o nível atual de conhecimento financeiro dos aposentados da Cidade do Idoso, Rio do Sul - SC, identificando principais adversidades e dificuldades;
- Mapear os tipos mais comuns de desinformação e fraudes que afetam os aposentados no ambiente financeiro;
- Avaliar o impacto da desinformação e das fraudes na vida financeira e na qualidade de vida dos aposentados.

1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema surgiu da preocupação com a crescente vulnerabilidade que os aposentados enfrentam diante da desinformação e das fraudes financeiras, onde apresenta relevância social, econômica e educacional deste público-alvo. Principalmente em frente ao cenário de crescimento dos serviços financeiros e grandes aumentos de práticas fraudulentas, onde direcionadas a grupos mais vulneráveis. Diante desses grupos, a população idosa enfrenta diariamente desafios ligados à alfabetização digital e financeira, mostrando-se mais vulnerável à desinformação e a golpes que afetam sua segurança econômica e emocional. De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban, 2020), houve um aumento de 60% em tentativas de golpes financeiros contra a terceira idade devido ao uso mais intenso dos meios digitais durante a pandemia e na atualidade os números vêm aumentando significativamente.

Além de perdas financeiras, as decorrências apresentadas das fraudes afetam diretamente a saúde emocional e social dos idosos. De acordo com (Buaes, 2020), ao se tornarem vítimas, a maioria enfrenta sentimentos de constrangimento, prepotência e desconfiança, acarretando para o isolamento social e diminuição de seus vínculos familiares. Desta forma, a educação financeira se apresenta como uma ótima ferramenta para finanças pessoais, consolidação da autoconfiança possibilitando segurança em suas decisões financeiras.

Um dos fatores que enfatiza a importância do estudo, ainda que existam palestras realizadas por instituições financeiras na Cidade do Idosos em Rio do Sul - SC, se observa que existem muitas dúvidas em relação à inclusão dos idosos nesses projetos. Logo, o desenvolvimento de pesquisas aplicadas em espaços comunitários, se faz necessário para a geração de dados concretos, podendo contribuir para futuras ações educacionais mais focadas a esse grupo. Nesse sentido, a educação financeira pode ser entendida como um recurso de proteção social. Através dela, esses grupos podem adquirir entendimento técnicos de orçamentos, compreensão de seus direitos e deveres. Doll e Pinto (2024), destacam que a educação financeira pode ser apresentada como uma tecnologia social, apta a promover autonomia e inclusão, desenvolvendo o protagonismo dos idosos nas decisões financeiras.

Enfim, a pesquisa apresentada contribuiu tanto para o campo acadêmico quanto para o social, integrando conceitos de educação e finanças pessoais. A pesquisa e análise realizada junto à Cidade do Idoso procura compreender o perfil e conhecimento financeiro dos idosos, sugerindo ações como palestras e atividades educativas. Neste contexto, o presente estudo oferece subsídios

teóricos e práticos para a criação de projetos de educação financeira especiais para à terceira idade, aumentando sua segurança e qualidade de vida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão da literatura é indispensável para dar uma base teórica sólida ao Trabalho de Conclusão de Curso. Auxilia o pesquisador a entender o que já foi estudado sobre o tema, identificar possíveis lacunas no conhecimento e fundamentar sua pesquisa. Assim, os resultados ficam mais consistentes e confiáveis (Severino, 2020).

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira pode ser entendida como a capacidade de utilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para administrar os recursos pessoais de forma consciente, favorecendo estabilidade e satisfação econômica. Este campo abrange atividades relacionadas ao planejamento financeiro, controle de despesas, consumo responsável, poupança, investimentos e estratégias de diminuição de riscos. Segundo Doll e Pinto (2024), a educação financeira para a terceira idade não deve ser reduzida a fórmulas matemáticas ou instruções técnicas, mas deve estar vinculada ao desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da capacidade de análise das oportunidades de mercado. Além disso, estudos internacionais, como o de Hancock, Czaja e Beach (2025), fortalecem a vulnerabilidade na terceira idade evidenciando que está relacionada à vulnerabilidade a golpes e dificuldades de interpretar informações complexas, demonstrando importância de ações educativas voltada aos idosos.

No contexto brasileiro, os obstáculos à para a implementação da educação financeira se efetivam por fatores como desigualdade social, acesso restrito a informações confiáveis, falta de políticas públicas voltadas ao incentivo e capacitação financeira da população. A formação financeira dos indivíduos ocorre frequentemente de modo fragmentado, predominantemente por meio de experiências pessoais, o que pode resultar em erros financeiros, endividamento excessivo e exclusão social. Estudos apontam que programas de educação financeira voltada para a terceira idade, principalmente de baixa renda, poderia reduzir suscetivelmente a vulnerabilidade econômica, melhorando conhecimentos sobre controle de gastos e aperfeiçoando tomadas de

decisões (Santos; Rodrigues; Lanza, 2021). Além disso, Doll e Pinto (2024) destacam que a educação financeira pode ser usada como tecnologia social, promovendo autonomia e planejamento financeiro em públicos vulneráveis.

Ações voltadas à educação financeira podem gerar impactos significativos na vida dos idosos, como reeducação de controle de gastos e melhoria significativa na qualidade de vida, especialmente em grupos de maior vulnerabilidade. Um estudo de Potrich, Vieira e Kirch (2016), mostra que incentivos educativos podem elevar significativamente os níveis de conhecimento financeiro, melhorando a capacidade de tomada de decisão e diminuindo os riscos de desinformações e fraudes. No entanto, para que programas de incentivos sejam eficazes, é necessário considerar as realidades dos diferentes públicos. Doll e Pinto (2024), acrescentam que a adaptação de linguagem, dos exemplos práticos e da metodologia é determinante para garantir um bom entendimento sobre o assunto, resultado em engajamento e aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A crescente complexidade do sistema financeiro brasileiro, associada ao aumento do acesso ao crédito e à expansão do consumo, elevou a demanda por políticas de educação financeira. O Programa Nacional de Educação Financeira (PNEF), implementado em 2010 e atualizado em 2017, tem como objetivo ampliar a disseminação de conhecimentos relacionados ao planejamento financeiro, consumo consciente e uso responsável de produtos financeiros (BRASIL, 2019). A iniciativa envolve a colaboração entre os setores público, privado e sociedade civil, promovendo ações em escolas, universidades e comunidades.

A educação financeira no Brasil tem se consolidado como um eixo estratégico para promoção da cidadania econômica, principalmente diante dos baixos níveis de conhecimento identificados em diferentes classes. Fatores como escolaridade, renda, idade e acesso as informações influenciam a capacidade dos indivíduos de compreender conceitos básicos sobre finanças. Considerando grupos vulneráveis, como a terceira idade. Os desafios se tornam frequentes, pois com a familiaridade a tecnologias reduzida acaba aumentando a exposição a decisões tomadas e práticas abusivas. A alfabetização financeira envolve competências desenvolvidas ao longo da vida, refletidas diretamente na qualidade das decisões econômicas dos

indivíduos. Apesar de que, ainda existem lacunas relevantes, sobretudo no que diz respeito a grupos que historicamente não foram contemplados por programas institucionais de formação, como idosos e trabalhadores com baixos níveis de escolaridade, o que reforça a necessidade de estratégias educacionais adaptadas às especificidades desses públicos (Potrich; Vieira; Kirch, 2016).

Além disso, estudos indicam que iniciativas de capacitação geralmente são pontuais e pouco articuladas com as realidades socioculturais dos grupos atendidos, o que limita a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos (Silva; Gomes, 2021). Assim, torna-se essencial que ações voltadas à educação financeira no Brasil adotem metodologias permanentes, contextualizadas e socialmente inclusivas, capazes de alcançar jovens em idade escolar, adultos, idosos e trabalhadores com baixa escolaridade que historicamente permanecem à margem das políticas formativas. Avançar nesse sentido é fundamental para reduzir vulnerabilidades, promover autonomia financeira e fortalecer a proteção social de populações mais suscetíveis a golpes, endividamento e desinformação.

2.3 DESINFORMAÇÃO E FRAUDES

Fraudes financeiras e disseminação de informações incorretas coexistem frequentemente no ambiente digital, criando um cenário em que a vulnerabilidade do consumidor é constantemente explorada. Enquanto as fraudes se baseiam em estratégias de convencimento e engenharia social, a desinformação amplia a confusão, distorce fatos e favorece a ocorrência de práticas ilícitas. Pesquisas mostram que golpes envolvendo empréstimos fraudulentos, clonagem de dados, falsas oportunidades de investimento, ameaças e cobranças indevidas têm crescido de forma expressiva, especialmente entre a terceira idade, público considerado mais sensível devido a barreiras tecnológicas e menor familiaridade com ambientes digitais. Segundo Alves, Batista e Cordeiro (2021), a combinação entre baixo conhecimento digital e a rápida circulação de conteúdos enganosos aumenta significativamente a probabilidade de vitimização financeira, reforçando a necessidade de políticas de proteção e educação voltadas a esse grupo.

Além disso, as fraudes financeiras acarretam perdas econômicas diretas, comprometem a confiança dos idosos em instituições, serviços e até mesmo em seus próprios familiares, gerando um ciclo ampliado de medo e insegurança. Estudos demonstram que, quando a percepção de risco se combina com níveis reduzidos de literária financeira e digital, a vulnerabilidade a decisões impulsivas e à aceitação de propostas fraudulentas aumenta significativamente. Conforme apontam

Ferreira, Santos e Almeida (2022), idosos com menor domínio das ferramentas digitais apresentam maior propensão a cair em golpes baseados em engenharia social, especialmente em contextos de desinformação.

A combinação entre desinformação e fraudes financeiras gera um cenário particularmente crítico para a população idosa, exigindo estratégias integradas de prevenção que envolvem capacitação contínua, políticas públicas de proteção e mecanismos eficazes de monitoramento. Pesquisas indicam que idosos apresentam maior propensão a golpes devido a fatores como isolamento social, menor familiaridade com tecnologias digitais e limitações no processamento de informações, o que eleva significativamente o risco de exploração financeira (Deliema, 2018). A autora também destaca que iniciativas educativas e redes de apoio estruturadas desempenham papel central na redução dessas vulnerabilidades, contribuindo para a diminuição de perdas econômicas, fortalecimento do bem-estar emocional e da autonomia financeira dos idosos frente às manipulações informacionais que circulam no ambiente digital.

2.3.1 Conceito de desinformação

A desinformação é um complexo fenômeno que envolve a circulação de conteúdos falsos, manipulados ou enganosos capazes de comprometer a tomada de decisão individual e coletiva. Na literatura internacional, os termos *misinformation* e *disinformation* são utilizados para diferenciar a natureza e a intenção do conteúdo falso. *Misinformation* refere-se à divulgação de informações incorretas sem intenção de enganar, enquanto *disinformation* diz respeito à produção e disseminação deliberada de falsidades com o objetivo de manipular percepções, influenciar comportamentos ou obter vantagens políticas, econômicas e financeiras, (Lazer; Baum; Benkler; Berinsky; Greenhill; Metzger; Nyhan; Reifler; Schudson; Sloman; Sunstein; Weeks; Zittrain, 2018). Já o termo *fake news*, segundo a revisão sistemática de Tandoc, Lim e Ling (2018), funciona como uma categoria híbrida que combina elementos de imitação jornalística com conteúdo fabricados para enganar, razão pela qual seu uso acadêmico é considerado impreciso. Em perspectiva mais ampla, Lewandowsky, Ecker e Cook (2017), argumentam que a desinformação envolve conteúdos falsos, estratégias e processos cognitivos que afetam a interpretação e o comportamento do público, tornando indivíduos especialmente os mais vulneráveis suscetíveis a golpes, decisões equivocadas e manipulações.

A desinformação, compreendida como a circulação de conteúdos falsos ou enganosos capazes de influenciar decisões individuais e coletivas, tornou-se um fenômeno estruturante do ambiente digital contemporâneo. O estudo publicado na revista *Science* em 2018 demonstra que a disseminação de conteúdos fraudulentos é facilitada por plataformas digitais que ampliam o alcance de mensagens sem mecanismos robustos de verificação. No caso dos idosos, essa dinâmica é ainda mais preocupante, pois pesquisas apontam que indivíduos acima de 60 anos apresentam maior probabilidade de acreditar e compartilhar informações falsas devido à menor familiaridade tecnológica e maior confiança em contatos pessoais ou redes sociais (Guess; Nagler; Tucker, 2019). Em consequência, esse público torna-se especialmente vulnerável a golpes financeiros e orientações enganosas relacionadas a benefícios, crédito e operações bancárias.

Além das consequências econômicas, a exploração financeira e a desinformação geram impactos diretos na saúde mental e na condição social dos idosos. Conforme evidenciado por DeLiema (2018), práticas fraudulentas que visam pessoas idosas frequentemente tiram proveito de sua vulnerabilidade social, isolamento ou dependência econômica, resultando em perda de confiança, insegurança e desgaste emocional. Essa exposição a golpes e abusos fragiliza a autonomia financeira, compromete laços sociais, autoestima e sensação de segurança pessoal fatores essenciais para o envelhecimento saudável. Diante desse quadro, torna-se evidente a importância de políticas e programas de proteção, educação financeira e digital, bem como de redes de apoio social voltadas para a população idosa, a fim de preservar a saúde mental.

2.4 PRINCIPAIS FRAUDES FINANCEIRA CONTRA IDOSOS

Entre as fraudes mais comuns voltadas a idosos destacam-se golpes por telefone ou internet (*phishing*, clonagem, falsas ofertas de empréstimos ou benefícios), fraudes por “romances *online*”, esquemas de “investimentos milagrosos” e abusos de confiança praticados por familiares ou “parceiros” que se apresentam como auxiliares financeiros. Estudos internacionais sobre exploração financeira de idosos mostram que esses golpes frequentemente se aproveitam de vulnerabilidades como isolamento social, confiabilidade excessiva e pouca familiaridade com ferramentas digitais (Deliema, 2018).

Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH, 2024), foram registradas mais de 42 mil denúncias de violações contra pessoas com 60 anos ou mais nos três

primeiros meses de 2024, evidenciando a gravidade das situações de risco enfrentadas por esse público e a necessidade de medidas integradas de proteção. Esses registros que englobam violências de natureza patrimonial, psicológica e outras formas de abuso apontam para a urgência de políticas públicas voltadas à prevenção, à denúncia e ao acolhimento, bem como para ações educativas e de monitoramento que reduzam a exposição dos idosos a fraudes, golpes e à desinformação.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o abuso financeiro também chamado de abuso patrimonial como uma das formas de violência contra a pessoa idosa. Essa categoria engloba situações em que recursos, bens ou propriedades de idosos são utilizados sem consentimento, ou mediante manipulação, fraude ou coerção. Segundo o *World Report on Ageing and Health* (WHO, 2015), o abuso financeiro está entre os tipos de violência que mais crescem globalmente, sendo agravado pela combinação entre vulnerabilidade socioeconômica, baixa alfabetização financeira e crescente digitalização de serviços bancários.

O relatório destaca ainda que idosos em diversos países enfrentam desafios semelhantes, como dificuldade em compreender produtos financeiros complexos, dependência de terceiros para decisões econômicas e maior exposição a golpes e fraudes, especialmente em ambientes digitais. A OMS ressalta que o abuso financeiro compromete a segurança econômica desse grupo, afeta sua saúde mental, bem-estar e autonomia, podendo gerar ansiedade, isolamento social, medo e perda de confiança em familiares ou instituições.

2.4.1 Impactos emocionais e sociais

As fraudes e abusos financeiros contra idosos produzem efeitos que ultrapassam o prejuízo econômico, alcançando dimensões emocionais, psicológicas e sociais. Conforme aponta a Organização Mundial da Saúde (OMS), o abuso financeiro ao violar a autonomia e a segurança do idoso está associado a maior risco de sofrimento emocional, estresse crônico e declínio do bem-estar geral (WHO, 2015). Esse tipo de violência fragiliza a percepção de confiança e aumenta sentimentos de vulnerabilidade, especialmente quando o agressor é alguém próximo, como familiares ou cuidadores.

A circulação acelerada de informações falsas tende a aumentar sentimentos coletivos de insegurança e ansiedade, sobretudo em períodos de crise, quando as pessoas buscam respostas

imediatas e confiáveis. Estudos sobre a dinâmica de circulação de notícias mostram que notícias falsas alcançam maior audiência e se espalham mais rápido que informações verdadeiras, exacerbando medo e desconfiança na sociedade. Essas dinâmicas contribuem para um ambiente de estresse informacional e erosão da confiança social. (Vosoughi; Roy; Aral, 2018).

No plano individual, a experiência de ter sido vítima de fraude ou de acreditar em informação falsa costuma provocar vergonha, culpa e retraimento social respostas emocionais que agravam o isolamento e reduzem a busca por ajuda. A literatura sobre correção de desinformação mostra também que crenças errôneas tendem a persistir mesmo após retratações, o que pode prolongar o sofrimento psicológico e dificultar a restauração de confiança. (Lewandowsky; Ecker; Cook, 2017).

A fragilidade psicológica e social decorrente de fraude ou de exposição contínua a desinformação tem repercussões práticas: perda de confiança em instituições e redes de apoio, diminuição da participação em atividades comunitárias e impacto negativo sobre a saúde mental coletiva. Para situações de exploração (inclusive financeira), autores apontam que isolamento, dependência e escasso suporte social são fatores que tanto aumentam o risco de vitimização quanto amplificam os efeitos emocionais adversos após a ocorrência do crime. (Deliema, 2018; WHO, 2015).

2.4.2 Idosos e envelhecimento no contexto financeiro

A capacidade financeira ao longo do processo de envelhecimento revela-se determinante para a segurança material e a qualidade de vida na aposentadoria. A alfabetização financeira está associada a maior probabilidade de planejamento previdenciário e acumulação de patrimônio, o que reduz a exposição a riscos econômicos na velhice. Lusardi e Mitchell (2014), apontam que baixos níveis de conhecimento financeiro comprometem decisões de poupança, investimento e proteção para a aposentadoria, tornando muitos indivíduos vulneráveis no período pós-trabalho (Lusardi; Mitchell, 2014). Evidências empíricas em diferentes contextos corroboram essa relação entre conhecimento financeiro e preparo para a aposentadoria. Em estudo com a população neerlandesa, van Rooij, Lusardi e Alessie (2011) mostram que indivíduos com maior letramento financeiro têm maior probabilidade de planejar a aposentadoria e de acumular riqueza,

evidenciando um canal pelo qual a alfabetização financeira favorece bem-estar na terceira idade (Van rooij; Lusardi; Alessie, 2011).

No Brasil, pesquisas sobre alfabetização financeira indicam que níveis de conhecimento variam por escolaridade, renda e faixa etária, e que a formação financeira muitas vezes é fragmentada. A necessidade de programas continuados e contextualizados que atendam às especificidades socioculturais da população incluindo, portanto, ações voltadas para adultos em processo de envelhecimento e aposentados (Potrich; Vieira; Ceretta, 2013).

Além do déficit de conhecimento, a velhice pode aumentar a exposição a formas específicas de risco financeiro. A literatura de gerontologia e serviço social documenta que fatores como isolamento, dependência econômica e limitações cognitivas elevam a chance de exploração financeira e de vitimização por fraudes. DeLiema (2018) analisa fatores de risco e de proteção nos Estados Unidos e mostra que a exploração financeira de idosos tem múltiplos determinantes (sociais, cognitivos e institucionais), exigindo políticas de prevenção, redes de apoio e medidas de proteção específica para esse grupo (Deliema, 2018).

A articulação entre educação financeira, políticas públicas e proteção social é apontada como caminho essencial. Relatórios internacionais, como os da OECD/INFE, enfatizam que a promoção da literacia financeira integrada a medidas de inclusão digital e proteção ao consumidor é crucial para reduzir vulnerabilidades ao longo da vida e especificamente na velhice, sugerindo abordagens intersetoriais que incluam saúde, assistência social e serviços financeiros (OECD, 2018).

2.5 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IDOSOS BRASILEIROS

O perfil socioeconômico da população idosa no Brasil revela heterogeneidade marcada por diferenças regionais, de escolaridade, renda e situações de moradia e trabalho. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc, 2019) mostram que uma parcela significativa das pessoas com 60 anos ou mais ainda participa do mercado de trabalho frequentemente em ocupações informais e que muitos lares contam com idosos como fonte importante de renda familiar, o que evidencia a dependência econômica de microssistemas familiares. Além disso, os indicadores do IBGE apontam concentrações maiores de idosos nas

regiões Sul e Sudeste, enquanto no Nordeste há maior prevalência de arranjos familiares com cuidadores informais. (IBGE, 2019; Dieese, 2020).

A escolaridade entre os idosos é, em sua maioria, baixa, embora observem-se aumentos graduais de escolaridade nas coortes mais jovens de idosos. Estudos nacionais indicam que a maior parte da população idosa possui ensino fundamental incompleto, o que impacta diretamente na literacia financeira, acesso à informação e uso de tecnologias. Essa limitação educacional está associada a piores condições de saúde, menor acesso a serviços e maior vulnerabilidade a práticas abusivas ou fraudes, além de restringir oportunidades de reinserção laboral quando desejada. (Potrich; Vieira; Ceretta, 2013; IBGE, 2019).

No que se refere à saúde e dependência, pesquisas baseadas na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) apontam prevalência relevante de limitações funcionais e de doenças crônicas entre os idosos, circunstância que costuma exigir cuidados domiciliares e ampliar a necessidade de suporte por familiares. Esses arranjos de cuidado, por sua vez, são responsáveis por efeitos econômicos e sociais: familiares que assumem a prestação de cuidados podem reduzir sua inserção no mercado de trabalho, e os idosos dependentes tornam-se mais suscetíveis a decisões delegadas e a riscos econômicos. (PNS, 2013; IBGE, 2019).

Destacam-se que o envelhecimento demográfico combinado com condições socioeconômicas desfavoráveis impõe desafios de política pública, especialmente nas áreas de previdência, proteção social, acesso à saúde e programas de educação financeira voltados à terceira idade. A literatura brasileira aponta a necessidade de políticas inter setoriais que articulem proteção social, inclusão digital e formação continuada, de modo a reduzir desigualdades e fortalecer a autonomia econômica e social dos idosos. (Camarano, 1999; OECD/INFE, 2018).

2.5.1 Vulnerabilidades Financeiras e Cognitivas

As vulnerabilidades financeiras e cognitivas representam um dos principais fatores que influenciam erros de julgamento econômico e maior exposição a fraudes no cenário contemporâneo. A literatura mostra que limitações cognitivas como dificuldades de memória, atenção e raciocínio reduzem a capacidade de avaliar riscos e compreender produtos financeiros. Um estudo clássico sobre comportamento financeiro conduzido por Hastings, Madrian e Skimmyhorn (2013) demonstra que indivíduos com menor capacidade cognitiva e menor

familiaridade com conceitos econômicos tendem a cometer mais equívocos em decisões de consumo, crédito e investimento.

Essas vulnerabilidades tornam-se ainda mais evidentes no processo de envelhecimento. Estudos sobre declínio cognitivo e tomada de decisão, como o de Li, Baldassi, Johnson e Weber (2013), mostram que pequenas reduções na velocidade de processamento mental já são suficientes para aumentar erros de avaliação financeira. Isso explica, em parte, porque adultos mais velhos apresentam maior suscetibilidade a fraudes, contratos enganosos e decisões econômicas arriscadas.

Além disso, pesquisas em psicologia econômica indicam que fatores emocionais como solidão, confiança excessiva e pressão social amplificam os impactos das vulnerabilidades cognitivas. Segundo Loewenstein e O'Donoghue (2004), a tomada de decisão financeira depende de informação, capacidades psicológicas que variam significativamente entre grupos sociais. Assim, programas baseados apenas em conteúdo informativo tendem a ser insuficientes quando não consideram as limitações cognitivas e emocionais dos participantes. A pesquisa de Kaiser e Menkhoff (2017), que conclui que programas de educação financeira têm maior impacto quando adaptados às capacidades cognitivas dos grupos vulneráveis. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas que considerem heterogeneidades cognitivas e socioeconômicas na formulação de estratégias de proteção financeira.

2.5.2 Participação digital e riscos associados

A participação digital tem crescido de forma acelerada, mas não se dá de maneira homogênea, a literatura destaca que mais do que acesso físico à internet, importa a capacidade de uso efetivo das tecnologias. A “sociedade da informação” aprofunda desigualdades quando não há investimento em competências digitais. Assim, grupos com menores habilidades de navegação e avaliação de conteúdo ficam mais expostos a riscos, incluindo fraudes e desinformação (Van dijk, 2005).

Essa diferença de habilidades é conhecida como a “segunda divisão digital”: não basta conectar as pessoas é preciso desenvolver competências, como avaliar fontes, proteger dados e reconhecer sinais de golpe. Hargittai (2002) mostra que variações nas habilidades online (*search skills, avaliação de credibilidade, uso de ferramentas*) explicam grande parte das diferenças nos benefícios obtidos com a internet, o que tem implicações diretas para a vulnerabilidade frente a

ataques digitais e fraudes. Pessoas com menor letramento digital tendem a ser alvos preferenciais de esquemas fraudulentos que exploram desconhecimento técnico (Hargittai, 2002).

Relatórios de agências especializadas apontam que a digitalização amplia as oportunidades para criminosos *phishing*, *scams*, clonagem e fraudes relacionadas a serviços financeiros crescem na medida em que mais transações se deslocam para canais digitais. O relatório da ENISA sobre ameaças cibernéticas destaca a sofisticação crescente dos ataques e a necessidade de medidas de proteção, detecção e educação dos usuários para reduzir danos. Da mesma forma, a OECD/INFE (2018) enfatiza que a digitalização da oferta financeira exige políticas digitais e financeiras integradas para proteger consumidores, sobretudo os mais vulneráveis. (Enisa, 2019; OECD/INFE, 2018).

A participação digital traz benefícios importantes, riscos concretos quando não acompanhada de formação adequada. A evidência acadêmica e os relatórios institucionais convergem na recomendação de priorizar programas que articulam inclusão de acesso, desenvolvimento de competências digitais e educação financeira, além de estratégias de proteção tecnológica e socioeducativa para mitigar fraudes e prejuízos associados ao uso de serviços online.

2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DE PROTEÇÃO AO IDOSO

As políticas públicas voltadas para a proteção da pessoa idosa no Brasil têm evoluído para responder ao aumento da população acima de 60 anos e aos riscos associados ao envelhecimento, especialmente no campo financeiro, emocional e social. Um marco central é o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que estabelece direitos fundamentais e determina a responsabilidade do Estado em assegurar proteção integral contra qualquer forma de violência, incluindo a exploração financeira. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, a violência patrimonial figura entre as formas mais recorrentes de abuso contra idosos registradas no serviço “Disque 100”, evidenciando a importância de políticas de prevenção e atendimento especializado (BRASIL, 2023).

Outra iniciativa relevante é a Política Nacional do Idoso (PNI), regulamentada pelo Decreto nº 1.948/1996, que orienta ações na área de saúde, assistência social, educação, e participação cidadã. Estudos como o de Camarano (2020) destacam que a PNI enfrenta desafios de implementação, mas tem sido essencial para coordenar políticas sociais e expandir programas de cuidado, proteção e garantia de direitos. A autora ressalta que o fortalecimento da rede de proteção

social é fundamental para enfrentar vulnerabilidades financeiras e sociais que afetam a população idosa.

Além disso, programas específicos têm sido desenvolvidos para aprimorar o enfrentamento às fraudes e golpes, com destaque para a atuação do Banco Central do Brasil e da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). O Banco Central, por exemplo, lançou em 2021 a campanha “#NãoSeEngane”, voltada à prevenção de golpes financeiros, especialmente aqueles disseminados por meios digitais. Pesquisas publicadas pelo BCB indicam que idosos estão entre os grupos mais vulneráveis a fraudes bancárias eletrônicas, reforçando a necessidade de campanhas educativas contínuas (BCB, 2021).

No âmbito da saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) incorpora ações de promoção do envelhecimento saudável e prevenção de violências por meio das diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI). De acordo com o relatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020), a PNSPI é uma referência regional na integração entre saúde, assistência e promoção de direitos, incluindo a identificação de sinais de abuso financeiro nas unidades de saúde. Esse tipo de integração é apontado como essencial para reduzir riscos e fortalecer o apoio comunitário.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) incentiva os países a implementarem políticas de proteção baseadas no modelo de "envelhecimento ativo", que inclui segurança financeira e proteção contra abusos. No *World Report on Ageing and Health*, a OMS reforça que abusos inclusive os financeiros causam impactos diretos na saúde mental e física dos idosos e devem ser tratados como problema de saúde pública global (WHO, 2015). Esse referencial tem servido de base para recomendações e adaptações de políticas no Brasil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2017), a metodologia define o caminho adotado pelo pesquisador para alcançar seus objetivos, orientando a escolha do tipo de pesquisa, das técnicas de coleta de dados e das estratégias de análise.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem quantitativa, exploratória e descritiva, fundamentando-se nas definições de Gil (2002) e Malhotra (2012). A escolha pelo método quantitativo justifica-se pela necessidade de coleta e análise de dados numéricos, possibilitando a identificação de padrões, tendências e relações entre variáveis, proporcionando uma base objetiva para a compreensão do fenômeno investigado. Conforme Creswell (2014), essa abordagem permite transformar opiniões, percepções e experiências em informações mensuráveis, passíveis de organização e interpretação sistemática.

O caráter exploratório da investigação está relacionado ao objetivo de fornecer uma visão preliminar acerca da vulnerabilidade dos aposentados frente à desinformação e às fraudes financeiras, campo ainda pouco aprofundado em contextos locais, como o da Cidade do Idoso em Rio do Sul – SC. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória é adequada quando há escasso conhecimento sistematizado sobre determinado tema, contribuindo para a formulação de hipóteses e subsidiando investigações futuras.

A dimensão descritiva busca detalhar as características do grupo estudado sem manipulação das variáveis ou interferência no comportamento dos participantes. De acordo com Malhotra (2012), a pesquisa descritiva tem por finalidade mapear perfis, atitudes e percepções de forma objetiva, fornecendo informações relevantes para o diagnóstico da realidade investigada. Assim, a combinação das abordagens exploratória e descritiva possibilita compreender o contexto enquanto caracteriza o perfil financeiro e digital dos aposentados. Para a coleta de dados, foi empregada a técnica de *survey* por meio de questionários estruturados aplicados ao público-alvo. Esse método é recomendado pela sua capacidade de atingir um número expressivo de participantes, garantindo representatividade e facilitando análises estatísticas comparativas. Ademais, os questionários

oferecem maior padronização nas respostas, fortalecendo a confiabilidade e validade dos resultados obtidos (Creswell, 2014).

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo deste estudo compreende os idosos atendidos pela Cidade do Idoso, situada no município de Rio do Sul - SC. A instituição fornece um espaço amplo de atividades voltadas à saúde, cultura e educação, além de trazer integração social entre os idosos. A Cidade do Idoso desempenha um papel muito importante para o fortalecimento da qualidade de vida desse público-alvo, se apresentando como um local acolhedor e favorável para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas à terceira idade.

Abrigando aproximadamente 380 idosos cadastrados em seu ambiente, a cidade do idoso não possui um sistema de controle de dados, as inscrições são realizadas de forma manual, em anotação de papel, dificultando a precisão do total de idosos inscritos. Diante disso, a amostra coletada representa uma parcela significativa dos participantes ativos da Cidade do Idoso e reflete a diversidade de perfis socioeconômicos e educacionais presentes nesse público. Embora não tenha sido possível generalizar os resultados para toda a população idosa do município, as informações obtidas oferecem uma visão relevante sobre a realidade financeira e os desafios enfrentados por aposentados e pensionistas em relação à desinformação e às fraudes.

Desta forma, a definição do universo e da amostra está alinhada aos objetivos da pesquisa, permitindo compreender de maneira contextualizada a importância da educação financeira como estratégia de proteção social. A escolha da Cidade do Idoso como local de investigação também reforça o caráter social e aplicado deste estudo, que busca contribuir para o meio acadêmico, para a elaboração de ações educativas concretas voltadas à inclusão e à segurança financeira dos idosos de Rio do Sul.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Considerando que não foi viável realizar a coleta de dados junto à totalidade dos participantes atendidos pela Cidade do Idoso, localizada em Rio do Sul - SC, adotou-se, para este estudo, um procedimento de amostragem não probabilística. Tal escolha metodológica justifica-se

pela inexistência de condições operacionais que possibilitassem o acesso integral ao universo pesquisado, bem como pela necessidade de selecionar participantes disponíveis no contexto institucional durante o período de aplicação dos instrumentos. Marconi e Lakatos (2017), destacam que a amostragem por conveniência é adequada quando o pesquisador seleciona “os elementos que estão mais disponíveis, acessíveis e que aceitam participar da pesquisa”, permitindo viabilizar a investigação mesmo com limitações de tempo, recursos e acesso. Esse tipo de amostragem é especialmente relevante em instituições sociais, como a Cidade do Idoso, onde os participantes frequentam o espaço em horários variados e não existe sistema organizado de registro que permita uma seleção probabilística.

De acordo com Babbie (2021), os *surveys* são apropriados quando o objetivo da pesquisa consiste em “descrever, explicar ou explorar relações entre variáveis em uma população ou grupo social específico”, oferecendo ao pesquisador a possibilidade de coletar dados de maneira rápida, padronizada e com boa capacidade de comparação. Creswell e Creswell (2018) afirmam que o método de *survey* é particularmente eficaz para estudos descritivos, pois possibilita mensurar opiniões e características em larga escala, com economia de tempo e recursos. Ao que se refere a Cidade do Idoso, o contato frente a frente foi de extrema importância para garantir o entendimento do assunto além da participação efetiva. Deste modo, a metodologia utilizada possibilitou o atingimento dos dados e o vínculo entre a instituição e a universidade.

A preferência por questões fechadas fundamentou-se na necessidade de padronização das respostas, possibilitando análises estatísticas mais robustas e comparáveis. Conforme Fowler (2014), questionários estruturados em *surveys* proporcionam maior eficiência em pesquisas quantitativas ao reduzir vieses, facilitar a tabulação e permitir a identificação clara e objetiva de padrões comportamentais.

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA

No total, foram obtidas 100 respostas válidas por meio de formulário do modelo tipo *survey*, formado por fechadas e apenas uma aberta, composto de 21 questões, sendo 8 voltadas ao perfil do entrevistado, 4 sobre educação financeira, 4 sobre desinformação e fraudes, 3 sobre fontes de informações e 2 relacionadas à opinião e interesse em conhecer mais sobre o tema, conforme demonstrado apêndice A. SC. A pesquisa foi aplicada durante o período de três manhãs

consecutivas, a escolha pelos horários foi uma estratégia montada junta a instituição promovendo mais engajamento dos participantes. A amostra utilizada, composta por 100 idosos, pode ser considerada razoável para estudos exploratórios com abordagem quantitativa, especialmente aqueles realizados em campo e em instituições específicas.

Trata-se de uma amostra não probabilística por conveniência, composta apenas por idosos frequentadores de uma única instituição, o que reduz a capacidade de generalização dos achados para a população idosa em geral. Além disso, o número total de participantes, embora suficiente para análises descritivas e aplicação do teste Qui-quadrado, pode limitar a potência estatística para detectar associações mais sutis entre variáveis. Por essas razões, os resultados devem ser interpretados com cautela, considerando o contexto específico de coleta e a representatividade limitada da amostra. A metodologia permitiu reunir informações quantitativas sobre o perfil dos idosos entrevistados, nível de conhecimento, experiências e suas opiniões sobre o assunto. A coleta de dados foi conduzida por meio da modalidade presencial, nas dependências da Cidade do Idoso, situada em Rio do Sul - SC. A pesquisa foi aplicada durante o período de três manhãs consecutivas durante o mês de outubro, a escolha pelos horários foi uma estratégia montada junta a instituição promovendo mais engajamento dos participantes.

O questionário foi aplicado de forma individual, para que os idosos participantes tivessem tempo e tranquilidade para entender cada pergunta aplicada, criando um espaço acolhedor entre o pesquisador e os participantes. As respostas foram anotadas manualmente por meio de formulário pela própria pesquisadora, que registrou finalmente as informações obtidas pelos idosos. A metodologia aplicada assegurou a clareza e precisão dos dados coletados. Durante toda etapa de coleta, foram apresentadas aos participantes as diretrizes éticas previstas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), neste contexto, os pesquisadores forneceram explicações detalhadas a respeito dos objetivos do estudo, enfatizaram a voluntariedade da participação e garantiram o anonimato e a confidencialidade das respostas. Os dados coletados foram utilizados exclusivamente para fins de análise científica, assegurando sigilo, anonimato e confidencialidade aos participantes, conforme princípios éticos da pesquisa acadêmica.

A etapa de tratamento e interpretação dos dados foi realizada com o apoio de dois *softwares* complementares, como o IBM SPSS *Statistics*, empregado para as análises quantitativas, e IRaMuTeQ, utilizado para o processamento estatístico textual para a resposta aberta. Na aplicação do IBM SPSS *Statistics*, foram conduzidas análises de estatística descritiva e aplicado o teste Qui-

quadrado, procedimento adequado para verificar associações entre variáveis categóricas. O software, amplamente reconhecido na literatura metodológica, possibilita a organização da matriz de dados e a execução de análises univariadas e bivariadas com elevado rigor estatístico, conforme orienta Field (2013) em *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics*. Paralelamente, o IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) foi empregado para examinar a questão aberta do instrumento de coleta, permitindo análises como nuvem de palavras, classificação hierárquica descendente e frequência lexical. Segundo Camargo e Justo (2013), o IRaMuTeQ destaca-se por sua robustez na análise textual e por oferecer recursos eficientes para identificar padrões de sentido e estruturas discursivas presentes nos relatos dos participantes.

3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta, os dados foram organizados em uma planilha eletrônica e submetidos a procedimentos de análise estatística descritiva. O tratamento inicial consistiu na verificação da consistência das respostas, eliminação de possíveis erros de digitação e categorização das variáveis. A análise foi realizada com base em estatística descritiva, empregando medidas como frequências absolutas e relativas, percentuais e distribuições de variáveis. Essas técnicas possibilitaram o perfil socioeconômico dos participantes, os níveis de conhecimento em educação financeira e as relações entre fatores como idade, escolaridade, uso de tecnologias e experiências com fraudes.

Adicionalmente, os resultados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos, facilitando a compreensão visual e a interpretação dos dados. Software estatístico especializados foram utilizados para otimizar a tabulação, assegurar maior precisão no cálculo dos indicadores e apoiar a elaboração dos relatórios finais. A escolha pela estatística descritiva mostrou-se adequada, uma vez que o estudo busca descrever e compreender fenômenos sociais específicos, sem recorrer a inferências populacionais. Segundo Creswell (2014), esse método é apropriado em pesquisas que visam analisar contextos delimitados e oferecer subsídios para estudos futuros mais amplos e comparativos.

4 RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos através da pesquisa realizada com os idosos da Cidade do Idoso de Rio do Sul. Os resultados serão apresentados em quatro etapas, a primeira será relacionada ao perfil dos entrevistados, a segunda, em relação ao nível de educação financeira dos entrevistados, a terceira sobre fontes de informação onde buscam informações e se confiam nas informações que recebem ou se tem dificuldades de entender informações sobre finanças e a última parte sobre opinião e interesse em palestras sobre o assunto.

A partir dessa organização, o capítulo busca oferecer uma visão clara e detalhada dos dados levantados, permitindo que as interpretações realizadas ao longo da análise dialoguem diretamente com o objetivo central da pesquisa, compreender a percepção dos idosos em relação à desinformação e às fraudes financeiras, bem como identificar fatores que impactam sua segurança e autonomia no contexto financeiro, identificando déficits relevantes para a elaboração de projetos de intervenção.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A estatística descritiva é um conjunto destinados a organizar, sintetizar e apresentar dados coletados em uma pesquisa, facilitando a compreensão das características da amostra realizada. O foco é oferecer panoramas claros e objetos sobre os objetivos das informações apresentadas. A abordagem é adequada para estudos de natureza exploratória e descritiva, que permite delinear os perfis dos respondentes, identificar padrões, comportamentos e vulnerabilidades. Esse tipo de análise possibilita compreender fenômenos sociais a partir de observações diretas dos dados, contribuindo para interpretações iniciais consistentes (EBSCO, Descriptive Statistics – Sociology).

Os dados apresentados na Tabela 1 sintetizam os perfis dos participantes da pesquisa, constituindo um panorama descritivo das principais características da amostra. As informações foram organizadas por meio de variáveis categóricas, distribuídas em alternativas acompanhadas de suas respectivas frequências e percentuais, o que permite observar a composição dos respondentes quanto à idade, renda mensal, bairro de residência, situação previdenciária, escolaridade, configuração familiar e uso de tecnologias.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes

(continua)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Idade	51 a 60 anos	4	4%
	61 a 70 anos	29	29%
	71 a 80 anos	49	49%
	81 a 96 anos	18	18%
Renda mensal aproximada	Até R\$ 1.518,00 (até 1 salário mínimo)	57	57%
	De R\$ 1.518,00 a R\$ 3.036,00 (1 a 2 salários)	28	28%
	De R\$ 3.036,00 a R\$ 7.590,00 (2 a 5 salários)	9	9%
	Não sabe / Não respondeu	6	6%
Bairro	Centro	9	9%
	Barragem	21	21%
	Bremer	7	7%
	Outros	63	63%
Aposentado	Sim, recebo apenas pelo INSS	81	81%
	Sim, recebo pelo INSS e também tenho previdência privada	6	6%
	Não sou aposentado(a)	6	6%
	Outros:	7	7%

Nota: *p <0,005.

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes

(conclusão)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Nível de escolaridade	Não alfabetizado	10	10%
	Ensino Fundamental	68	68%
	Ensino Médio	16	16%
	Ensino Superior	6	6%
Com quem reside	Sozinho	37	37%
	Família	63	63%
	Outros aposentados	0	0%
Costuma usar celular com internet	Sim	73	73%
	Não	27	27%
Utiliza redes sociais	Sim	34	34%
	Não	66	66%

Nota: *p <0,005.

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao analisar o perfil dos participantes da pesquisa, observa-se um conjunto de características que ajudam a compreender o contexto de vida dos idosos atendidos pela Cidade do Idoso de Rio do Sul – SC. Ao observar a predominância de participantes entre 71 e 80 anos, seguida pela faixa de 61 a 70 anos, torna-se evidente que o grupo pesquisado encontra-se em uma etapa de envelhecimento em que mudanças cognitivas, diminuição de plasticidade cerebral e redução da velocidade de processamento de informações são fenômenos esperados. Essas alterações não necessariamente comprometem a autonomia, mas reduzem a capacidade de avaliar rapidamente situações incomuns, como contatos suspeitos, solicitações de dados ou ofertas financeiras não solicitadas.

A distribuição etária também sugere que esses indivíduos tiveram menor contato com tecnologias ao longo da vida. Grande parte deles não vivenciou a transição digital durante a

juventude ou idade adulta, o que contribui para a lacuna tecnológica observada nos dados. Esse distanciamento histórico das tecnologias digitais explica por que, mesmo entre aqueles que utilizam celular com internet, o uso de redes sociais permanece reduzido, indicando que a apropriação tecnológica é funcional, limitada e pouco reflexiva.

No campo econômico, o predomínio de rendas de até dois salários mínimos revela um padrão de vulnerabilidade estrutural que acompanha boa parte da população idosa brasileira. A forte dependência do INSS, observada em 81% dos entrevistados, reflete uma trajetória laboral marcada por inserções em ocupações informais ou de baixa remuneração, que historicamente dificultam a acumulação de patrimônio ou investimentos. Essa situação implica que grande parte dos idosos vive com uma renda fixa, geralmente insuficiente para lidar com imprevistos, o que os torna mais suscetíveis a propostas que prometem retornos rápidos, aumentos de benefício ou acesso facilitado a crédito. A combinação de baixa renda, urgências financeiras e limitações cognitivas cria um ambiente propício para a ação de fraudadores.

Além da renda reduzida, o perfil educacional dos respondentes contribui de maneira significativa para sua vulnerabilidade. O fato de 10% serem não alfabetizados e 68% terem apenas o Ensino Fundamental limita a capacidade de interpretação de textos e mensagens, habilidades essenciais para identificar fraudes que frequentemente utilizam linguagem técnica, jurídica ou burocrática. A baixa escolaridade restringe também a capacidade de questionamento crítico, fazendo com que esses indivíduos tendam a confiar mais facilmente em fontes externas ou em mensagens que aparentam ser oficiais, como falsos comunicados bancários, correspondências fraudulentas e ligações de supostas centrais de atendimento.

A análise territorial reforça esse cenário. Ao constatar que mais da metade dos participantes reside em bairros periféricos, é possível inferir que esses idosos têm menos acesso a agências bancárias, atendimentos especializados e ações educativas. A distância física dos centros urbanos, somada à possível limitação de transporte, tende a aumentar a dependência de terceiros para a realização de operações financeiras. Essa dependência, embora muitas vezes necessária, cria condições favoráveis para abusos, tanto por desconhecidos quanto dentro do próprio ambiente familiar, onde a violência patrimonial é uma das modalidades mais comuns e silenciosas.

A composição domiciliar, por sua vez, revela nuances importantes. Embora 63% dos idosos residam com familiares, isso não garante necessariamente proteção total contragolpes. Estudos apontam que idosos que vivem em lares multigeracionais podem estar expostos a conflitos

financeiros internos, utilização indevida de cartões e empréstimos feitos sem autorização. Por outro lado, os 37% que vivem sozinhos constituem um grupo que apresenta riscos diferentes: maior solidão, menor apoio para compreender situações suspeitas e maior propensão a responder a contatos inesperados, tornando-os alvos fáceis para abordagens fraudulentas.

Ao analisar o uso de tecnologia, observa-se um quadro de exclusão digital persistente. Embora 73% utilizem celular com internet, o uso efetivo de recursos digitais ainda é restrito. O fato de apenas 34% utilizarem redes sociais indica que a alfabetização digital não está plenamente desenvolvida. Mesmo aqueles que possuem acesso tecnológico provavelmente enfrentam dificuldades para reconhecer sites falsos, identificar links suspeitos ou validar a autenticidade de mensagens. Diante de um cenário em que golpes financeiros migraram quase totalmente para plataformas digitais como aplicativos de mensagens, redes sociais, SMS e e-mails, essa limitação tecnológica torna-se um dos principais fatores de risco para a população idosa.

Ao integrar todas essas variáveis, identifica-se um padrão de vulnerabilidade multidimensional. A idade avançada, a baixa escolaridade, o valor reduzido da renda, a dependência do INSS, a moradia em áreas periféricas e a exclusão digital não atuam isoladamente; ao contrário, reforçam-se mutuamente em um ciclo que dificulta a autonomia financeira e aumenta a suscetibilidade a fraudes. Esse conjunto de características evidencia a necessidade de estratégias educativas que considerem a transmissão de informações e metodologias específicas para idosos com baixo letramento e pouca habilidade digital. A criação de ambientes de aprendizagem acessíveis, o uso de linguagem simples e a realização de oficinas práticas podem contribuir para o fortalecimento da autonomia e da segurança financeira desse público.

Dessa forma, a análise aprofundada demonstra que o perfil dos respondentes reflete um grupo social que enfrenta múltiplos desafios simultâneos e interdependentes. As vulnerabilidades identificadas não são apenas circunstanciais, mas estruturais, exigindo intervenções contínuas e integradas que envolvam tanto políticas públicas quanto ações comunitárias. O fortalecimento da alfabetização digital, a ampliação de programas de educação financeira e a criação de redes de apoio são elementos essenciais para reduzir os riscos de golpes e promover uma vida mais segura e autônoma para os idosos atendidos pela instituição.

4.2 CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Tabela 2 apresenta informações sobre a experiência dos idosos com educação financeira, hábitos de planejamento de gastos, orientação profissional e percepção do próprio conhecimento em finanças pessoais. Os dados revelam características importantes sobre o nível de preparação financeira do grupo analisado.

Tabela 2 - Educação Financeira

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual	Qui-Quadrado
Já participou de algum curso ou palestra sobre educação financeira	Sim	29	29%	3,559 ^a [0,169]*
	Não	71	71%	
Costuma anotar ou planejar seus gastos mensais	Sempre	38	38%	1,952 ^a [0,745]*
	Às vezes	38	38%	
	Nunca	24	24%	
Já recebeu orientação de algum profissional sobre como lidar com o seu dinheiro	Sim	20	20%	3,174 ^a [0,205]*
	Não	80	80%	
Como descreve seu conhecimento sobre finanças pessoais	Básico	82	82%	5,941 ^a [0,430]*
	Avançado	1	1%	
	Intermediário	17	17%	

Nota: *p < 0,005.

Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se que apenas 29% dos participantes já participaram de algum curso ou palestra sobre educação financeira, enquanto 71% nunca tiveram contato com esse tipo de atividade. O teste Qui-Quadrado ($\chi^2 = 3,559$; $p = 0,169$) indica que não há significância estatística, sugerindo que a participação em cursos não se distribui de maneira diferente em relação a fatores externos analisados. Apesar disso, a predominância de indivíduos sem experiência formal demonstra que a

exposição a conteúdos educativos é limitada, o que pode comprometer a capacidade de gestão financeira consciente e a prevenção de riscos, como endividamento ou golpes.

Quanto ao planejamento de gastos mensais, os participantes se distribuem de forma equilibrada entre aqueles que sempre anotam ou planejam suas despesas (38%), os que fazem isso às vezes (38%) e os que nunca adotam essa prática (24%). Embora o teste Qui-Quadrado ($\chi^2 = 1,952$; $p = 0,745$) não indique associação significativa, a distribuição sugere que os hábitos de controle financeiro são pouco estruturados, sendo que uma parcela considerável ainda não incorpora práticas básicas de planejamento no cotidiano.

Em relação à orientação profissional sobre como lidar com o próprio dinheiro, apenas 20% dos idosos afirmaram ter recebido acompanhamento especializado, enquanto 80% nunca contaram com esse tipo de suporte. O teste Qui-Quadrado ($\chi^2 = 3,174$; $p = 0,205$) confirma a ausência de significância estatística, mas os dados indicam que a interação com profissionais capacitados é escassa, limitando a oportunidade de adquirir conhecimentos personalizados ou estratégias de gestão financeira mais adequadas às necessidades individuais.

Quanto à percepção do próprio conhecimento em finanças pessoais, a maioria absoluta dos participantes (82%) se considera com nível básico, 17% com conhecimento intermediário e apenas 1% com nível avançado. O teste Qui-Quadrado ($\chi^2 = 5,941$; $p = 0,430$) demonstra que não há associação significativa, mas os resultados revelam que a grande maioria do grupo possui conhecimento limitado sobre finanças, independentemente da participação em cursos, hábitos de planejamento ou orientação profissional.

A análise integrada das quatro variáveis evidencia que, embora alguns idosos já tenham participado de cursos ou adotem práticas de planejamento, o panorama geral indica baixo domínio financeiro, exposição a informações limitadas e ausência de orientação especializada. Essa combinação reforça a vulnerabilidade do grupo diante de decisões financeiras complexas, incluindo administração de recursos, prevenção de dívidas e proteção contragolpes. A constatação de que a maior parte dos participantes se classifica com conhecimento básico sugere a necessidade de ações educativas mais frequentes, sistemáticas e adaptadas às capacidades e experiências do público idoso, de modo a fortalecer a autonomia financeira e reduzir riscos associados à desinformação e à falta de preparo.

4.3 NOÇÕES DE DESINFORMAÇÃO E FRAUDES

A Tabela 3 apresenta informações sobre a exposição dos idosos a situações de desinformação e fraudes financeiras, assim como a confiança para identificar mensagens suspeitas e o conhecimento sobre a quem recorrer em caso de fraude. Os resultados revelam padrões de vulnerabilidade importantes para o grupo analisado. Observa-se que a maioria dos participantes, equivalente a 70%, já recebeu ligações, mensagens ou propostas suspeitas relacionadas a empréstimos ou finanças, enquanto 30% não relataram esse tipo de contato. O teste Qui-Quadrado ($\chi^2 = 0,947$; $p = 0,623$) indica ausência de significância estatística, mostrando que a distribuição das respostas não apresenta associação com fatores externos analisados. Ainda assim, a elevada frequência de exposição a contatos suspeitos evidencia que os idosos estão inseridos em um contexto de risco constante, tornando a prevenção e o conhecimento sobre fraudes fatores cruciais para sua segurança financeira.

Em relação à confiança para identificar se uma mensagem ou ligação é confiável, apenas 29% afirmam sentir-se sempre confiantes, 40% se sentem confiantes às vezes e 31% nunca se sentem seguros. O teste Qui-Quadrado ($\chi^2 = 0,437$; $p = 0,804$) confirma que não há associação estatisticamente significativa, mas os dados revelam que grande parte dos idosos apresenta insegurança na avaliação de comunicações financeiras, mesmo quando já expostos a situações suspeitas. Esse padrão sugere que a experiência prévia com contatos suspeitos não necessariamente aumenta a capacidade de discernimento, indicando a necessidade de estratégias educativas focadas em percepção crítica e identificação de sinais de fraude.

Quanto ao conhecimento sobre a quem recorrer em caso de suspeita de fraude, 68% dos participantes afirmaram saber, enquanto 32% não têm essa informação. Apesar da não significância estatística ($\chi^2 = 0,103$; $p = 0,748$), a existência de um grupo considerável sem orientação adequada representa uma vulnerabilidade relevante, pois impede que medidas de proteção sejam adotadas de forma eficaz diante de situações suspeitas.

Tabela 3 - Desinformação e Fraudes

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual	Qui-Quadrado
Já recebeu ligações, mensagens ou propostas suspeitas relacionadas a empréstimos ou finanças	Sim	70	70%	0,947 ^a [0,623]*
	Não	30	30%	
Se sente confiante para identificar se uma mensagem ou ligação é confiável	Sempre	29	29%	0,437 ^a [0,804]*
	Às vezes	40	40%	
	Nunca	31	31%	
Sabe a quem recorrer se desconfiar de uma fraude	Sim	68	68%	0,103 ^a [0,748]*
	Não	32	32%	

Nota: *p <0,005.

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise integrada das três variáveis permite inferir relações importantes: embora a exposição a mensagens suspeitas seja alta, a confiança para identificá-las e o conhecimento sobre canais de denúncia não acompanham proporcionalmente essa experiência. Essa combinação indica que os idosos podem estar frequentemente sujeitos a riscos sem possuir os recursos cognitivos ou informacionais necessários para se proteger de fraudes. Além disso, a insegurança na identificação de contatos suspeitos, associada à falta de conhecimento sobre a quem recorrer, evidencia que ações preventivas e educativas devem abordar simultaneamente percepção de risco, capacitação prática e orientação sobre canais de apoio.

Em síntese, os dados da Tabela 3 apontam para um cenário em que a população idosa está amplamente exposta a tentativas de fraude, apresenta baixa confiança para avaliar a confiabilidade de comunicações financeiras e possui lacunas significativas quanto ao conhecimento de mecanismos de proteção. Esses resultados reforçam a necessidade de programas educativos direcionados, que combinem instrução prática, conscientização sobre riscos e treinamento para

identificar e responder a situações suspeitas, promovendo maior autonomia e segurança financeira para o público idoso.

4.4 CONHECIMENTOS SOBRE FONTES DE INFORMAÇÕES

A análise dos dados da Tabela 4 evidencia padrões consistentes na forma como os idosos buscam informações financeiras, na confiança que depositam nas comunicações de instituições financeiras e na capacidade de compreender contratos ou termos técnicos. Quanto à busca de informações sobre finanças ou empréstimos, observa-se que a grande maioria dos participantes recorre a amigos ou familiares, totalizando 62% das respostas, seguida por bancos ou cooperativas de crédito, com 31%. As demais fontes, como televisão, internet ou outras alternativas, apresentam frequência mínima, de apenas 1% a 5%. Embora o teste Qui-Quadrado não indique significância estatística ($\chi^2 = 1,485$; $p = 0,993$), o padrão observado evidencia uma clara preferência por fontes informais e tradicionais, refletindo uma tendência do grupo em priorizar canais de informação próximos e familiarizados em detrimento de meios digitais ou institucionais especializados.

Em relação à confiança nas informações recebidas de bancos ou financeiras por telefone ou WhatsApp, apenas 12% dos participantes afirmaram confiar nessas comunicações, enquanto 88% indicaram não confiar. Mesmo sem significância estatística ($\chi^2 = 8,398$; $p = 0,396$), a disparidade entre os grupos aponta para um alto nível de cautela frente a comunicações remotas, possivelmente influenciado pelo receio de golpes financeiros, experiências anteriores ou percepção de risco. Esse dado indica que, mesmo quando recorrem a fontes formais, os idosos permanecem reticentes em aceitar orientações sem a validação de contatos presenciais ou de referências confiáveis.

A variável relativa à compreensão de contratos ou termos financeiros evidencia que 57% dos participantes relatam dificuldade em interpretar documentos, enquanto 43% afirmam não apresentar problemas nesse aspecto. Embora o teste Qui-Quadrado ($\chi^2 = 0,520$; $p = 0,471$) não indique associação significativa, o fato de mais da metade do grupo enfrentar barreiras na compreensão de informações técnicas revela um ponto crítico de vulnerabilidade. Esse dado sugere que decisões financeiras, como a assinatura de contratos, adesão a empréstimos ou investimentos, podem estar sendo tomadas sem plena compreensão das cláusulas, aumentando o risco de erros ou exposição a práticas abusivas.

Tabela 4 - Fontes de informações

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual	Qui-Quadrado
Você costuma buscar informações sobre finanças ou empréstimos	Amigos/Família	62	62%	1,485 ^a [0,993]*
	Televisão	1	1%	
	Internet	1	1%	
	Bancos/Cooperativas de Crédito	31	31%	
	Outros	5	5%	
Confia nas informações que recebe de bancos ou financeiras por telefone ou WhatsApp	Sim	12	12%	8,398 ^a [0,396]*
	Não	88	88%	
Sente dificuldade em entender os contratos ou termos financeiros apresentados pelas instituições	Sim	57	57%	0,520 ^a [0,471]*
	Não	43	43%	

Nota: *p <0,005.

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise integrada das três variáveis permite inferir relações implícitas, a dependência de fontes informais combinada com a baixa confiança em informações remotas sugere que os idosos priorizam orientação direta de pessoas conhecidas, possivelmente como estratégia de segurança. Ao mesmo tempo, a dificuldade em interpretar documentos financeiros reforça a necessidade de mediação ou explicação clara das informações, mostrando que mesmo fontes confiáveis podem ser insuficientes se não forem acompanhadas de suporte interpretativo. Além disso, a predominância por canais familiares e tradicionais indica que a introdução de recursos digitais ou a promoção de informações online exigiria estratégias de inclusão tecnológica e de capacitação adaptadas à realidade do público idoso, de modo a garantir compreensão e confiança na tomada de decisão.

Em síntese, os resultados da Tabela 4 revelam que os idosos pesquisados apresentam um padrão de comportamento em que a familiaridade com a fonte de informação e a experiência direta são fatores centrais, enquanto a utilização de canais digitais é mínima e a confiança em comunicações remotas é baixa. A combinação de busca majoritária por fontes informais e dificuldade em compreender contratos sugere vulnerabilidade em processos financeiros complexos, indicando a necessidade de estratégias educativas que priorizem explicações práticas, claras e presenciais, bem como orientações sobre fontes confiáveis e uso seguro de tecnologias para apoiar decisões financeiras conscientes.

4.5 OPINIÃO E INTERESSE

A Tabela 5 apresenta os resultados referentes à percepção e ao interesse dos idosos em relação a cursos, palestras e oficinas de educação financeira, incluindo a preferência pelo formato de participação. Os dados permitem observar padrões consistentes e comportamentos específicos do grupo pesquisado. Em relação à percepção sobre a utilidade de cursos ou palestras, observa-se que apenas 13% dos participantes acreditam que essas atividades poderiam ajudá-los a lidar melhor com o dinheiro, enquanto 87% consideram que não teriam impacto. O teste Qui-Quadrado apresentou valor significativo ($\chi^2 = 38,026$; $p = 0,001$), indicando que a distribuição das respostas não ocorreu de forma aleatória. Esse resultado evidencia que a maioria dos idosos não percebe cursos ou palestras tradicionais como instrumentos que possam melhorar sua gestão financeira pessoal.

Por outro lado, o interesse em participar de uma oficina gratuita sobre finanças e prevenção a golpes foi expressivo, com 91% dos participantes demonstrando intenção de participar e apenas 9% não demonstrando interesse. A significância estatística do teste Qui-Quadrado ($\chi^2 = 48,287$; $p = 0,001$) confirma que a concentração de respostas nesta alternativa é consistente. Esses dados indicam que, embora a percepção sobre cursos tradicionais seja negativa, os idosos manifestam grande interesse em atividades práticas, sugerindo preferência por abordagens aplicadas que promovam interação e experiência direta.

Quanto ao formato de participação, observa-se unanimidade prática: 91% dos idosos que demonstraram interesse preferem o modelo presencial, não havendo registros de escolha pelas modalidades online ou híbrida. Apesar de o teste Qui-Quadrado não indicar diferença

estatisticamente significativa ($\chi^2 = 0,103$; $p = 0,748$), a concentração das respostas no formato presencial evidencia forte preferência do grupo por atividades realizadas presencialmente. Essa tendência aponta que os participantes valorizam a interação direta, o esclarecimento imediato de dúvidas e o acompanhamento do instrutor, e indicam baixa familiaridade ou confiança no uso de recursos digitais.

Tabela 5 - Opinião e interesse

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual	Qui-Quadrado
Acredita que cursos ou palestras sobre educação financeira poderiam ajudar a lidar melhor com dinheiro	Sim	13	13%	38,026 ^a [0,001]*
	Não	87	87%	
Teria interesse em participar de uma oficina gratuita sobre finanças e prevenção a golpes	Sim	91	91%	48,287 ^a [0,001]*
	Não	9	9%	
Qual formato você prefere	Presencial	91	91%	0,103 ^a [0,748]*
	Online	0	0%	
	Ambos	0	0%	

Nota: * $p < 0,005$.

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise integrada das três variáveis demonstra relações importantes: embora a maioria não reconheça cursos ou palestras como úteis, o interesse por oficinas gratuitas é elevado e restrito ao formato presencial. Esse padrão indica que o engajamento do público depende não do conteúdo, formato da atividade, com ênfase em práticas aplicadas e em contato direto com os instrutores. Além disso, os resultados apresentam coerência com os dados das tabelas anteriores, nos quais se observou baixa utilização de internet, dificuldade em compreender documentos financeiros e preferência por fontes informais de informação. Em síntese, a Tabela 5 evidencia que o grupo estudado apresenta baixa percepção de utilidade de cursos tradicionais, mas alta disposição para

participar de oficinas práticas e presenciais. Esses dados apontam que ações educativas voltadas para a educação financeira desse público devem priorizar metodologias práticas, interativas e presenciais, de modo a aumentar o engajamento, promover autonomia financeira e reduzir vulnerabilidades em decisões cotidianas.

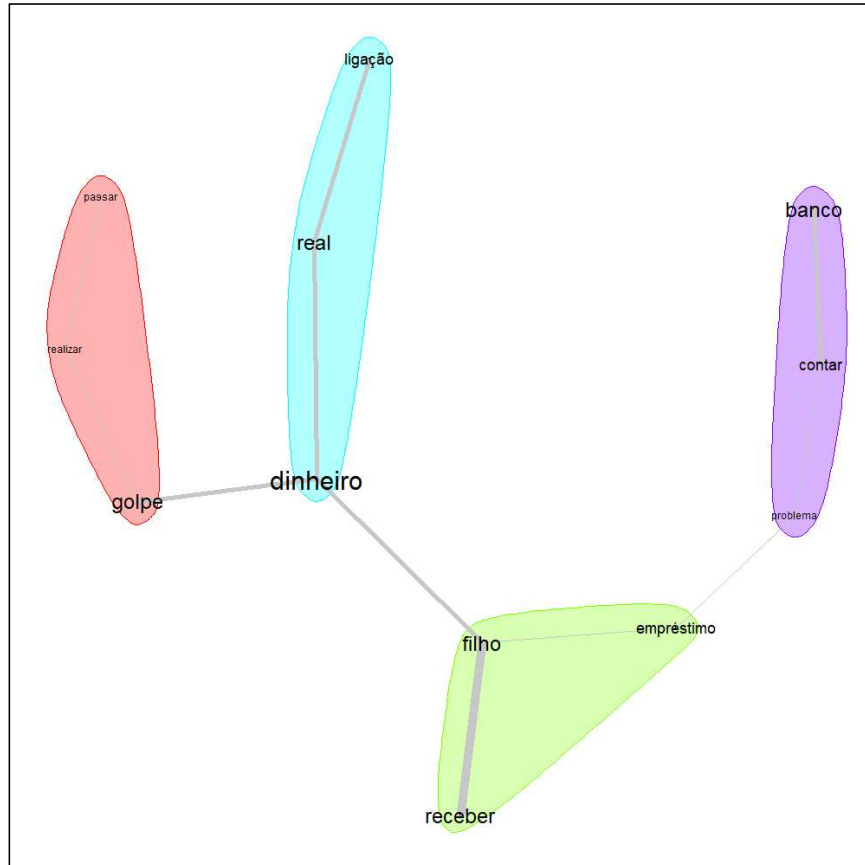
4.6 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Entre as perguntas presentes no instrumento de coleta, somente uma possuía caráter qualitativo: “Se sim, qual foi o tipo de fraude ou golpe? ”. Essa questão foi escolhida para compor o corpus utilizado no *software* IRaMuTeQ, pois representava a única variável aberta capaz de reunir descrições e narrativas fornecidas pelos participantes. A partir dessa resposta aberta, tornou-se possível aprofundar a análise das percepções e vivências dos idosos diante das diversas formas de fraudes e golpes, permitindo uma investigação textual que complementa e enriquece os achados quantitativos do estudo. Dessa maneira, o uso dessa abordagem qualitativa ampliou a compreensão acerca dos contextos de vulnerabilidade que atingem o público analisado.

Conforme explicitam Brígido Vizeu Camargo e Ana Maria Justo (2013), a análise de similitude realizada por meio do IRaMuTeQ permite examinar o corpus textual à luz da teoria dos grafos, a teoria dos grafos é um ramo da matemática que estuda estruturas compostas por vértices (ou nós) e arestas (ou ligações), possibilitando representar relações e conexões entre elementos de forma visual, analítica e identificando coerência palavras e revelando a estrutura lexical e semântica subjacente aos discursos analisados. No presente estudo, a implementação da análise de similitude evidenciou agrupamentos e conexões entre vocábulos frequentes nas respostas dos participantes, favorecendo a visualização da estrutura discursiva emergente do corpus.

Em seguida, apresenta-se a representação denominada Análise de Similitude, na qual os termos mais representativos do corpus encontram-se interligados em um grafo que evidencia suas relações de coerência. No gráfico exposto a seguir, foram selecionadas as categorias correspondentes às palavras mais frequentes, de acordo com o processamento realizado pelo *software* IRaMuTeQ.

Figura 1 - Conexidade das palavras utilizadas pelos idosos na análise de similitude



Fonte: elaborado pelo autor.

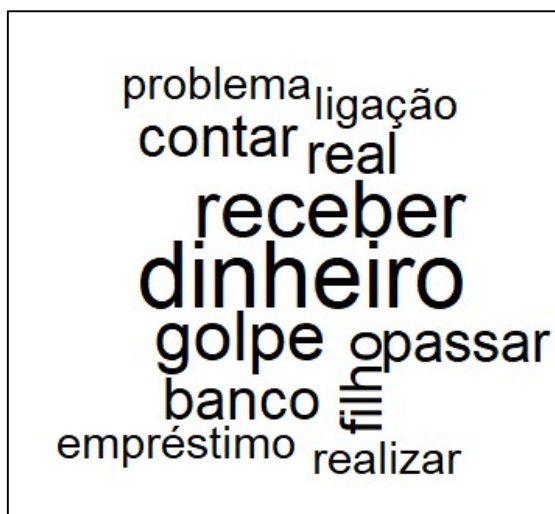
Conforme evidenciado nos resultados, o núcleo central da análise de similitude revelou termos mais frequentes e articuladores nas respostas dos participantes sobre experiências de fraudes e golpes financeiros. No centro do grafo, destacam-se palavras como “ligação”, “dinheiro”, “conta”, “empréstimo” e “Pix”, indicando os elementos centrais nas narrativas de vulnerabilidade financeira. Já nos elementos periféricos, surgem vocábulos complementares como “filho”, “mensagem”, “banco”, “senha”, “policial”, “compra” e “documentos”, que detalham os diferentes mecanismos de engano mobilizados pelos golpistas.

A observação das frequências das palavras permite perceber a intensidade com que cada termo foi utilizado pelos idosos, revelando padrões de recorrência que indicam quais experiências e riscos são mais salientados. Dentre os termos mais significativos detectados pelo software, “ligação” e “dinheiro” funcionam como eixos articuladores das narrativas, evidenciando a centralidade desses elementos na percepção de risco financeiro. Essa estrutura lexical reflete a

similitude entre os conceitos centrais e auxilia na identificação de conexões semânticas entre diferentes elementos do discurso dos participantes (Camargo; Justo, 2013).

Posteriormente, foi elaborada a Nuvem de Palavras, baseada na frequência absoluta dos termos, que permitiu destacar visualmente os vocábulos mais recorrentes e sua articulação com os demais termos do corpus. De acordo com Camargo e Justo (2013), essa é uma análise de caráter mais simples, mas que apresenta um aspecto visual interessante, facilitando a identificação dos termos centrais e reforçando a interpretação qualitativa dos padrões semânticos presentes nas respostas. A análise realizada evidencia os termos mais recorrentes, suas conexões, permitindo compreender como os idosos percebem e experimentam situações de fraude, além de fornecer insumos relevantes para intervenções educativas e preventivas voltadas à proteção financeira dessa população.

Figura 2 - Nuvem de palavras com os termos mais frequentes nos relatos de golpes financeiros sofridos pelos idosos.



Fonte: elaborado pelo autor.

Na Figura 2, observa-se que os termos mais frequentes no corpus dos entrevistados aparecem centralizados na nuvem de palavras, com destaque visual proporcionado pelo maior tamanho, indicando maior recorrência nos relatos. Palavras como “dinheiro”, “receber”, “golpe”, “banco”, “empréstimo”, “ligação”, “passar” e “filho” compõem o núcleo semântico predominante.

A partir da combinação desses termos, é possível compreender que as narrativas dos idosos estão fortemente associadas a situações de perda financeira, solicitações indevidas de transferência de valores, contatos suspeitos e abordagens envolvendo familiares.

A utilização da nuvem de palavras e da análise de similitude permite evidenciar a frequência, as coexistências e as conexões entre os vocábulos, revelando como certos termos se agrupam e se relacionam dentro do discurso. Esse procedimento contribui para identificar estruturas semânticas e comunidades de sentido, fundamentais para interpretar as experiências relatadas pelos participantes.

Comparando os achados com estudos anteriores, percebe-se uma convergência em relação à vulnerabilidade financeira da população idosa. Pesquisas anteriores também destacam que golpes envolvendo solicitações de dinheiro, contatos telefônicos suspeitos e uso de informações familiares são recorrentes nesse grupo etário, o que confirma a centralidade de termos como “dinheiro”, “ligação” e “filho” nas narrativas (Souza; Wall; Chaves; Lowen; Peres, 2018; Nascimento Martins; Corrêa de Paula; Pinca Sarro Gomes; Santos, 2022). Por outro lado, enquanto alguns estudos enfatizam fraudes digitais por meio de aplicativos e e-mails, neste corpus observa-se que, embora termos como “Pix” e “senha” estejam presentes, a predominância ainda recai sobre golpes tradicionais envolvendo contato humano direto, evidenciando diferenças contextuais na forma de abordagem e percepção de risco pelos idosos.

Dessa maneira, os resultados confirmam padrões identificados em outros estudos, mas também revelam nuances específicas, sugerindo que estratégias educativas e preventivas devem considerar tanto golpes tradicionais quanto digitais. A análise semântica reforça a necessidade de direcionar ações de conscientização, priorizando a familiarização com sinais de fraude, orientação sobre segurança financeira e a importância de verificar informações antes de realizar transações.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento desta pesquisa proporcionou uma compreensão mais clara e aprofundada da realidade vivenciada pelos aposentados atendidos na Cidade do Idoso, especialmente no que se refere aos desafios relacionados à desinformação e às fraudes. Em relação ao objetivo geral, obteve-se um bom resultado ao identificar o nível de conhecimento financeiro dos idosos, suas principais dificuldades e a forma como lidam com informações e decisões financeiras cotidianas. Após as análises realizadas, foi constatado que o conhecimento financeiro entre os idosos é básico, mas existe um interesse e disposição para entender mais sobre o assunto. Esse cenário demonstra que a vulnerabilidade não está relacionada somente à renda, escolaridade ou idade, possui outros fatores como pela dificuldade em interpretar contratos, reconhecer ligações ou mensagens suspeitas.

O presente trabalho também permitiu evidenciar a relevância de ações educativas voltadas especificamente para idosos, destacando que esse público expressa interesse genuíno em compreender melhor como administrar seus recursos e se proteger de golpes e práticas abusivas. Desta maneira, os resultados demonstram que iniciativas de eventos sobre educação financeira voltados à terceira idade, poderia contribuir para maior autonomia, segurança e qualidade de vida dos aposentados pertencentes da instituição.

Referente às limitações do estudo, enfatiza que a coleta de dados foi realizada exclusivamente na Cidade do Idoso, Rio do Sul – SC, com um universo aproximado de participantes, uma vez que o local não possui sistema formal de controle de inscritos, utilizando apenas registros manuais. Esse fator, somado ao fato de que a amostra foi obtida por conveniência, impede a generalização dos resultados para toda a população idosa do município. Por outro lado, abre caminho para pesquisas futuras que ampliem o escopo para outras instituições, bairros ou grupos de idosos, permitindo resultados mais apurados quanto o nível de conhecimento sobre finanças.

Por fim, o objeto é que este trabalho sirva como base para o desenvolvimento de ações como palestras presenciais focadas nos resultados obtidos, orientando da melhor forma possível esse grupo tão vulnerável. A educação financeira não pode ser tratada como um tema secundário entre os idosos, pois influencia diretamente sua autonomia, segurança e saúde mental. Assim, esta pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas, programas institucionais e iniciativas

comunitárias que promovam o fortalecimento da cidadania financeira e contribuam para uma velhice mais protegida, informada e respeitada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo Roberto; BATISTA, Fernanda; CORDEIRO, Hudson. **Golpes virtuais e vulnerabilidade do idoso: um estudo sobre riscos e prevenção**. Revista Inclusão Social, v. 15, n. 2, p. 45–58, 2021.

BABBIE, Earl. **The Practice of Social Research**. 15. ed. Boston: Cengage Learning, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **#NãoSeEngane: prevenção a golpes e fraudes**. Brasília: BCB, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BRASIL. Casa Civil. **Violência patrimonial e financeira: pessoas idosas são as maiores vítimas no Brasil**. Casa Civil, 15 set. 2022. Atualizado em 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/violencia-patrimonial-e-financeira-pessoas-idosas-sao-as-maiores-vitimas-no-brasil>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação Financeira. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF: Relatório de 2019**. Brasília: CONEF, 2019.

BRASIL. Federação Brasileira de Bancos (Febraban). **Tentativas de golpes financeiros contra idosos aumentam 60% na pandemia. Febraban Tech, 02 set. 2020**. Disponível em: <https://febrabantech.febraban.org.br/temas/seguranca/tentativas-de-golpes-financeiros-contra-idosos-aumentam-60-na-pandemia>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, PNAD Contínua: resultados 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013: ciclo de vida e saúde do idoso**. Rio de Janeiro: IBGE; Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

- BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Relatório Anual – Disque 100.** Brasília, 2023.
- BRUHN, Miriam; DE SOUZA LEÃO, Luciana; LEGOVINI, Arianna. **The impact of high school financial education: Evidence from Brazil.** *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 7720, 2016.
- BUAES, Caroline S.; CAMARGO, Bruna V.; HUTZ, Claudio S. **Vulnerabilidade e vitimização de idosos em fraudes financeiras.** *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 1–15, 2020.
- BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros.** Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13839>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- CAMARANO, Ana Amélia. **Os desafios das políticas públicas para a população idosa brasileira.** *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 23, n. 6, 2020.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais.** *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.
- CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches.** 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.
- CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches.** 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2018.
- DELIEMA, Maria. **Financial exploitation of older Americans: risk factors and protective factors.** *The Gerontologist*, v. 58, n. 4, p. 706–718, 2018.
- DEURSEN, Alexander J. A. M. van; VAN DIJK, Jan A. G. M. **The digital divide shifts to differences in usage.** *New Media & Society*, v. 16, n. 3, p. 507–526, 2014. DOI: 10.1177/1461444813487959.
- DIEESE. **Boletim Especial, Quem são os idosos brasileiros (com base em PNADc).** São Paulo: DIEESE, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 26 nov. 2025.

DOLL, Johannes; PINTO, Adriana da Silva. **Educação financeira para pessoas idosas: Fundamentos para uma tecnologia social. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre (online), v. 29, p. 1-6, maio 2024. DOI: 10.22456/2316-2171.143325.

DOLL, Johannes; PINTO, Adriana da Silva. **Educação financeira para pessoas idosas: fundamentos para uma tecnologia social. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 29, 2024.

DOLL, Johannes; PINTO, Adriana da Silva. **Educação financeira para pessoas idosas: fundamentos para uma tecnologia social. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 29, p. 1–22, 2024.

ENISA — European Union Agency for Cybersecurity. **ENISA Threat Landscape 2019**. Heraklion: ENISA, 2019. Disponível em: <https://www.enisa.europa.eu/publications/enisa-threat-landscape-2019>. Acesso em: 27 nov. 2025.

FERREIRA, Rosane; SANTOS, Bruno; ALMEIDA, Ítalo. **Riscos digitais e vulnerabilidade de idosos em ambientes conectados**. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 22, n. 3, p. 45–61, 2022.

FIELD, Andy. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics**. Sage Publications, 2013.

FOWLER, Floyd J. **Survey Research Methods**. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUESS, A.; NAGLER, J.; TUCKER, J. **Less than you think: Prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook**. *Science Advances*, v. 5, n. 1, 2019.

HANCOCK, D. W.; CZAJA, S.; BEACH, S. **Understanding financial exploitation among older adults: the role of financial skills, scam susceptibility and demographic factors**. *SAGE Open Aging*, v. 3, n. 2, p. 1–15, 2025.

HARGITTAI, Eszter. **Second-level digital divide: differences in people's online skills**. *First Monday*, v. 7, n. 4, 2002. Disponível em: <https://firstmonday.org/article/view/942/864>. Acesso em: 27 nov. 2025.

HASTINGS, Justine S.; MADRIAN, Brigitte C.; SKIMMYHORN, William. **Financial Literacy**,

Financial Education, and Economic Outcomes. *Annual Review of Economics*, v. 5, p. 347–373, 2013.

KAISER, Tim; MENKHOFF, Lukas. **Does Financial Education Impact Financial Literacy and Financial Behavior? A Meta-Analysis.** *Journal of Economic Surveys*, v. 31, n. 3, p. 1–28, 2017.

LAZER, D. M. J. et al. **The science of fake news.** *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 2018.

LEWANDOWSKY, S.; ECKER, U. K. H.; COOK, J. **Beyond misinformation: Understanding and coping with the “post-truth” era.** *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, v. 6, n. 4, p. 353–369, 2017.

LI, Ye; BALDASSI, Matteo; JOHNSON, Eric; WEBER, Elke. **Age differences in the evaluation of financial tradeoffs: The role of fluid cognitive abilities.** *Psychology and Aging*, v. 28, n. 3, p. 614–624, 2013.

LOEWENSTEIN, George; O'DONOGHUE, Ted. **Animal Spirits: Affective and Deliberative Processes in Economic Behavior.** *Social Science Research Network*, 2004.

LOOMBA, S.; DE FIGUEIREDO, A.; PIATEK, S. J.; DE GRAAF, K.; LARSON, H. J. **Measuring the impact of COVID-19 vaccine misinformation on vaccination intent in the UK and USA.** *Nature Human Behaviour*, v. 5, p. 337–348, 2021. DOI: 10.1038/s41562-021-01056-1.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. **The economic importance of financial literacy: theory and evidence.** *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 1, p. 5–44, 2014. DOI: 10.1257/jel.52.1.5.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OECD. **G20/OECD INFE policy guidance on digitalisation and financial literacy.** Paris: OECD, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/G20-OECD-INFE-Policy-Guidance-Digitalisation-Financial-Literacy-2018.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Relatório sobre o estado da saúde no envelhecimento nas Américas.** Washington, DC, 2020.

OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS — ONDH. **Relatório de denúncias contra pessoas idosas** — 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ondh>. Acesso em: 25 nov. 2025.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. **Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas**. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 17, n. 3, p. 117–144, 2016.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sérgio. **Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?** *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)*, v. 12, n. 3, p. 315–334, 2013. DOI: 10.5329/RECADM.2013025.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. **Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas**. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 27, n. 70, p. 362–377, 2016.

SÁ OLIVEIRA SOUSA, Y.; et al. **O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas**. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 15, n. 2, 2020.

SANTOS, Rafaela Aires Tavares; RODRIGUES, Waldecy; LANZA, Joel Isaac Hernandez. **Impactos da educação financeira na redução da vulnerabilidade econômica de idosos de baixa renda**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 3, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Ana Paula; SOUZA, Marcos Vinícius. **Educação financeira e envelhecimento: impactos da literacia na autonomia econômica de idosos**. *Revista Brasileira de Educação e Economia*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45–60, 2023.

SILVA, Rafael de Almeida; GOMES, Ana Paula. **Educação financeira e vulnerabilidade social: limites e potencialidades de práticas formativas no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, p. 1–20, 2021.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de; WALL, Marilene Loewen; CHAVES, Andrea Cristina de Moraes; LOWEN, Ingrid Margareth Voth; PERES, Aida Maris. **The use of IRAMUTEQ software**

- for data analysis in qualitative research.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 51, 2017.
- TANDOC, E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. **Defining “fake news”: A typology of scholarly definitions.** *Digital Journalism*, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.
- VAN DIJK, Jan A. G. M. **The Deepening Divide: Inequality in the Information Society.** Thousand Oaks (CA): SAGE Publications, 2005.
- VAN ROOIJ, Maarten C. J.; LUSARDI, Annamaria; ALESSIE, Rob J. M. **Financial literacy and retirement planning in the Netherlands.** *Journal of Economic Psychology*, v. 32, n. 4, p. 593–608, 2011. DOI: 10.1016/j.joep.2011.05.004.
- VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. **The spread of true and false news online.** *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 2018. DOI: 10.1126/science.aap9559.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World report. on ageing and health.** Geneva: WHO, 2015.
- DELIEMA, M. **Financial exploitation of older adults: common forms and strategies to prevent fraud.** *The Gerontologist*, v. 58, n. S1, p. S16–S25, 2018.
- HANCOCK, D. W.; CZAJA, S.; BEACH, S. **Understanding financial exploitation among older adults: the role of financial skills, scam susceptibility, and demographic factors.** *Sage Open Aging*, v. 11, p. 30495334251327509, 2025. DOI: 10.1177/30495334251327509.
- LYU, J.-Y. **Challenges and strategies of financial inclusion in an aging society: an analysis of internet banking and anti-fraud practices.** *International Journal of Social Sciences & Cultural Studies*, 2025. Disponível em: https://journals.epalli.com/home/index.php/ijsscs/article/view/5544?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 11 dez. 2025.
- TEIXEIRA, Q. de S. **Vulnerabilidade digital e a terceira idade.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 9, p. 307–316, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i9.20876. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20876?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 11 dez. 2025.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

1. Qual é a sua idade?

1.1 () _____

2. Qual é a sua renda mensal aproximada?

2.1 () Até R\$ 1.518,00 (até 1 salário mínimo)

2.2 () De R\$ 1.518,00 a R\$ 3.036,00 (1 a 2 salários)

2.3 () De R\$ 3.036,00 a R\$ 7.590,00 (2 a 5 salários)

2.4 () Não sabe / Não respondeu

3. Qual bairro você mora?

3.1 () _____

4. Você atualmente é aposentado(a)?

4.1 () Sim, recebo apenas pelo INSS

4.2 () Sim, recebo pelo INSS e também tenho previdência privada

4.3 () Sim, mas ainda continuo trabalhando

- 4.4 () Não sou aposentado(a)
- 4.5 () Outro: _____
- 5. Qual é o seu nível de escolaridade?
 - 5.1 () Não alfabetizado
 - 5.2 () Ensino Fundamental
 - 5.3 () Ensino Médio
 - 5.4 () Ensino Superior
- 6. Com quem você mora?
 - 6.1 () Sozinho
 - 6.2 () Família
 - 6.3 () Outros aposentados
- 7. Você costuma usar celular com internet?
 - 7.1 () Sim
 - 7.2 () Não
- 8. Você utiliza redes sociais ou aplicativos de mensagens (WhatsApp, Facebook, etc.)?
 - 8.1 () Sim
 - 8.2 () Não
- 9. Você já participou de algum curso ou palestra sobre educação financeira?
 - 9.1 () Sim
 - 9.2 () Não
- 10. Você costuma anotar ou planejar seus gastos mensais?
 - 10.1 () Sempre
 - 10.2 () Às vezes
 - 10.3 () Nunca
- 11. Você já recebeu orientação de algum profissional sobre como lidar com o seu dinheiro?
 - 11.1 () Sim
 - 11.2 () Não

12. Como você descreveria seu conhecimento sobre finanças pessoais?
- 12.1 () Bom
 - 12.2 () Razoável
 - 12.3 () Fraco
13. Você já recebeu ligações, mensagens ou propostas suspeitas relacionadas a empréstimos ou finanças?
- 13.1 () Sim
 - 13.2 () Não
14. Alguma vez você foi vítima de fraude ou golpe financeiro?
- 14.1 () Sim
 - 14.2 () Não
15. Se sim, qual foi o tipo de fraude ou golpe?
- 15.1 () _____
16. Você se sente confiante para identificar se uma mensagem ou ligação é confiável?
- 16.1 () Sempre
 - 16.2 () Às vezes
 - 16.3 () Nunca
17. Você sabe a quem recorrer se desconfiar de uma fraude?
- 17.1 () Sim
 - 17.2 () Não
18. Onde você costuma buscar informações sobre finanças ou empréstimos?
- 18.1 () Amigos/família
 - 18.2 () Televisão
 - 18.3 () Internet
 - 18.4 () Bancos/Cooperativas de Crédito
 - 18.5 () Outros: _____
19. Você confia nas informações que recebe de bancos ou financeiras por telefone ou WhatsApp?

19.1 () Sim

19.2 () Não

20. Você sente dificuldade em entender os contratos ou termos financeiros apresentados pelas instituições?

20.1 () Sim

20.2 () Não

21. Você acredita que cursos ou palestras sobre educação financeira poderiam ajudá-lo a lidar melhor com seu dinheiro?

21.1 () Sim

21.2 () Não

22. Você teria interesse em participar de uma oficina gratuita sobre finanças e prevenção a golpes?

22.1 () Sim

22.2 () Não

23. Se sim, qual formato você prefere?

23.1 () Presencial

23.2 () Online

23.3 () Ambos